

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS ESTADOS KEYNESIANOS, SOCIALISTAS E NEOLIBERAIS: COMPARAÇÕES, AVANÇOS E PROBLEMAS DE CADA MODELO

Francisco Fernandes Ladeira - ffernandesladeira@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo apresenta as principais características de três modelos de desenvolvimento econômico e social: Estado de bem-estar social, Estado socialista e Estado neoliberal. Para tanto, apresentamos os índices econômicos e sociais de países que colocaram em prática as políticas keynesianas (relacionadas ao Estado de bem-estar social), de nações classificadas como socialistas e dos Estados que adotaram o neoliberalismo enquanto modelo econômico. No tocante a aspectos metodológicos, o presente estudo pode ser qualificado como “revisão bibliográfica” ou “revisão de literatura”. Nesse sentido, as escolhas das obras aqui citadas levaram em conta os seguintes critérios: aproximação com a temática abordada, pertinência acadêmica e/ou atualidade. A partir das leituras realizadas, constatou-se que as contradições “indivíduo *versus* sociedade” e “liberdade *versus* igualdade” são as principais barreiras a serem superadas pelos três modelos de Estado em questão. Os países socialistas atingiram consideráveis indicadores sociais, porém as liberdades individuais foram seriamente restritas. Já o Estado de bem-estar social demonstrou ser inviável frente às mudanças demográficas, pois não deu conta de conceder os benefícios sociais a populações em constante crescimento. Por fim, o modelo neoliberal garante o livre empreendedorismo às custas do aumento das disparidades sociais.

Palavras-chave: Modelos econômicos; Estado de bem-estar social; socialismo; neoliberalismo.

ABSTRACT

This article presents the main characteristics of three models of economic and social development: welfare state, socialist state and neoliberal state. In order to do so, we present the economic and social indices of countries that have implemented Keynesian policies (related to the welfare state), nations classified as socialist, and states that have adopted neoliberalism as an economic model. Regarding methodological aspects, the present study can be described as "literature review". In this sense, the choices of the works cited here took into account the following criteria: approximation with the thematic approach, academic relevance and / or actuality. From the realized readings, it was verified that the contradictions "individual versus society" and "freedom versus equality" are the main barriers to be overcome by the three state models in question. The socialist countries achieved considerable social indicators, but individual freedoms were severely curtailed. The welfare state, on the other hand, has proved to be unviable in the face of demographic changes, since it has failed to account for the social benefits of growing populations. Finally, the neoliberal model guarantees free entrepreneurship at the expense of increasing social disparities.

Keywords: economic models; welfare state; socialism; neoliberalism.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as diferentes sociedades criaram diversos modelos de desenvolvimento econômico e social com o objetivo de organizar o processo produtivo e a administração pública. Nos últimos séculos, três modelos de desenvolvimento econômico e social foram os mais adotados em nosso planeta. São eles: Estado de bem-estar social, socialismo e neoliberalismo.

O Estado de bem-estar social é caracterizado, basicamente, por ser um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Sob o aspecto organizacional, o modelo socialista é caracterizado, principalmente, pela atuação do Estado como planejador das atividades econômicas, isto é, como detentor dos meios de produção. Já o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de ideias políticas e econômicas que defende a não intervenção do Estado em assuntos econômicos.

Sendo assim, o presente trabalho aborda algumas das principais características dos três modelos de desenvolvimento econômico e social anteriormente citados. Para tanto, apresentamos alguns índices econômicos e sociais de países que colocaram em prática as políticas keynesianas (relacionadas ao Estado de bem-estar social), de nações classificadas como socialistas e dos Estados que adotaram o neoliberalismo enquanto modelo econômico.

É importante ressaltar que este estudo não pretende esgotar as possibilidades analíticas sobre as temáticas suscitadas ou tampouco apontar um dos três modelos analisados como um tipo ideal de organização estatal a ser seguido, pois temos plena ciência de que todos apresentam limitações que foram confirmadas na prática.

Por se tratar de uma investigação de caráter crítico-descritivo, os recursos metodológicos da análise aqui desenvolvida consistiram em levantamento bibliográfico pertinente e na revisão da literatura, cujas temáticas giram em torno dos modelos de desenvolvimento econômico e social supracitados. Desse modo, as

discussões e os esforços de reflexão recolhidos nos trabalhos aqui referenciados constituem o material preliminar para a construção dos argumentos que pretendem responder aos problemas de pesquisa propostos e corroborar as conclusões apresentadas (LADEIRA; LADEIRA, 2019).

2. ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL

Para melhor compreendermos as principais características do chamado Estado de bem-estar social (“welfare state”, de acordo com a denominação em inglês), consideramos ser fundamental, primeiramente, mencionar de maneira breve o contexto histórico no qual este modelo de organização estatal está inserido. No final da década de 1920, e nas duas décadas posteriores, o mundo capitalista atravessou uma grave crise econômica. Este importante acontecimento histórico, que passou para a posteridade como a “Crise de 1929” ou “A Grande Depressão”, ocasionado pela “quebra” da Bolsa de Nova York, foi considerado como o pior e mais longo período de recessão econômica do século XX.

Entre todas as consequências que a crise trouxe, podemos citar as elevadas taxas de desemprego, a diminuição da produção industrial de diversos países, assim como as drásticas quedas dos PIB’s, dos preços de ações, entre outros. Praticamente todo o mundo se viu envolto a este momento difícil, que prejudicou as atividades econômicas de dezenas de países (JUNIOR, s/d).

Com grande parte do planeta sentindo as consequências negativas da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), era de se esperar que os investimentos econômicos diminuíssem significativamente e que o próprio sistema capitalista fosse colocado em xeque. Não obstante, a ascensão da União Soviética fazia com que o socialismo ganhasse força como sistema econômico alternativo ao capitalismo. Desse modo, era necessário fomentar um modelo de organização estatal que pudesse promover a recuperação das nações capitalistas afetadas pela crise de 1929 e, concomitantemente, afastasse a “ameaça comunista”.

Neste contexto conturbado emerge o chamado Estado de bem-estar social, caracterizado, basicamente, por ser um tipo de organização política e econômica

que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Em outras palavras, o Estado tornou-se o elemento regulamentador de toda a vida e saúde social, política e econômica de um país, em parceria com sindicatos e empresas privadas, em diferentes níveis de acordo (WIKIPÉDIA, 2018a). Em um período de grande instabilidade, o Estado era um dos únicos agentes econômicos que poderia fazer investimentos (obras em infraestrutura, por exemplo) sem a necessidade de retorno econômico em curto prazo.

O Estado de bem-estar social foi corroborado intelectualmente pela obra do economista britânico John Keynes. Daí o motivo pelo qual também ser conhecido por “Estado keynesiano”. Ao contrário dos chamados economistas liberais, entre eles Smith (1988) e Hayek (2010), que apregoavam o afastamento do Estado em relação a assuntos econômicos; Keynes (1970) defendia uma maior intervenção estatal na economia, com o intuito de garantir um sistema de pleno emprego.

Para alguns pensadores, o Estado de bem-estar social representava uma alternativa (“terceira via”) ao capitalismo e ao socialismo, simbolizado pelo acordo entre capitalistas e proletariado:

Graças a uma espécie de mutuo entendimento tácito, estabeleceu-se uma situação de compromisso entre as classes fundamentais. Os capitalistas passaram a aceitar como legítimos tanto o movimento sindical quanto os gastos sociais do Estado. Os assalariados, por sua vez, deixando de se opor às regras do lucro, limitavam suas reivindicações de modo a não impedir a reprodução ampliada do sistema capitalista. O equilíbrio geral entre oferta e procura era alcançado via políticas macroeconômicas de inspiração Keynesiana, enquanto que o equilíbrio entre salários e lucros era estabelecidos via acordos coletivos supervisionados pelo Estado. As políticas sociais na área da educação, saúde, seguridade e assistência ficavam a cargo do Estado de bem-estar social em franca expansão (OFFE, 1989, p. 34).

O Reino Unido foi o país que mais se destacou na construção do Estado de bem-estar social, com a aprovação, ainda durante a Segunda Guerra, de uma série de providências nas áreas da saúde e escolarização. Nas décadas seguintes, outras nações seguiriam essa direção. O grande êxito das políticas relacionadas ao Estado de bem-estar social foi um dos fatores responsáveis para um período de grande

estabilidade e crescimento econômico, definido por Hobsbawm (2009) como “A Era de Ouro do Capitalismo” ou “Os anos Dourados”:

Durante os anos 50, sobretudo nos países "desenvolvidos" cada vez mais prósperos, muita gente sabia que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. [...] Contudo, só depois que passou o grande boom, nos conturbados anos 70, à espera dos traumáticos 80, os observadores - sobretudo, para início de conversa, os economistas - começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capitalismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez única. [...] O dourado fulgiu com mais brilho contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise (HOBSBAWM, 2009, p. 253).

A partir da segunda metade da década de 1970, o modelo econômico e social característico do Estado de bem-estar social começava a dar os primeiros sinais de estagnação. De acordo com Lauria (2006), várias razões podem explicar a crise do Estado de bem-estar social. Tais questões podem ser internas, isto é, oriundas desse próprio modelo estatal, como o aumento da expectativa de vida (o que pesou muito no orçamento, e contribuiu gradualmente para a formação de déficits) e a ascensão eleitoral de políticos conservadores favoráveis a um Estado economicamente menos atuante; ou externas, surgidas a partir de uma conjuntura internacional que acabou por enfraquecer e desestabilizar o Estado de bem-estar social, como as duas crises do petróleo (que impactaram negativamente nos índices de crescimento econômicos de inúmeras nações, inclusive o Brasil).

Para a direita política, adepta do liberalismo econômico, o Estado de bem-estar social gerou uma organização estatal pesada que impedia o desenvolvimento da economia. Pensadores como Friedman (2014), inclusive, afirmaram que o Estado de bem-estar social era uma “aberração”. Tratava-se simplesmente de uma forma disfarçada de “comunismo”, pois, segundo essa linha de pensamento, o verdadeiro capitalismo se baseia na competição feroz entre empresas, e a perspectiva do desemprego (e da pobreza) é fundamental para o incentivo ao trabalho. Já a esquerda política viu no Estado de bem-estar social, calcado no “pacto” entre capital e trabalho, uma peça central do imenso e anônimo aparelho de Estado responsável por um gigantesco trabalho de “cooptação” e desativação da classe trabalhadora,

com o enfraquecimento dos sindicatos e outras organizações sociais (FIORI, 1998; LESSA, 2007).

3. ESTADO SOCIALISTA

Sob o aspecto organizacional, o modelo socialista é caracterizado, principalmente, pela atuação do Estado como planejador das atividades econômicas, isto é, como detentor dos meios de produção (por isso as nações que adotam este sistema são qualificadas como “economias planificadas”). Intelectualmente, o Estado socialista é baseado no materialismo histórico proposto por Karl Marx e Friedrich Engels. De acordo com essa teoria, a história se desenvolve de forma linear, em diferentes etapas, movidas, sobretudo, pelas contradições originadas da organização do sistema de produção (luta de classes). “Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser considerados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade” (MARX, 1977, p. 23).

Cada fase do desenvolvimento da humanidade produz o germe de sua destruição. No sistema feudal essa função coube à burguesia. No sistema capitalista, a classe operária, explorada pelos patrões, deve se organizar e promover a revolução socialista, transformando os meios de produção em propriedades coletivas. Instaurado o regime socialista, caberia ao proletariado apoderar-se do aparelho estatal e eliminar as diferenças sociais originadas pelo sistema capitalista. Corrigidas as distorções sociais, instituições como o Estado, o mercado e a propriedade privada deixariam de existir. Surgiria então a derradeira etapa do desenvolvimento da humanidade: o comunismo (LADEIRA; LEÃO, 2018, p.184).

Ao contrário das doutrinas liberais, que consideram o Estado como promotor das liberdades individuais; para os ideais socialistas, o Estado deve prezar pela igualdade social e organizar a classe trabalhadora para que esta possa tomar para si os meios de produção.

O primeiro país a adotar o socialismo foi a Rússia, após a Revolução de 1917 que derrubou o regime czarista. Entre os anos de 1918 e 1922 esta nação euroasiática vivenciou uma sangrenta guerra civil, travada entre os exércitos branco (defensor das ideias burguesas) e vermelho (defensor do sistema comunista). O exército vermelho sagrou-se vencedor do conflito e, em dezembro de 1922, sob o comando bolchevique, foi instituída a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

É inegável que a URSS conseguiu inúmeros avanços tecnológicos como a fabricação de um submarino movido a hidrogênio, o lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik, e o envio do primeiro homem ao espaço, Yuri Gagarin. Em relação a questões sociais, o Estado soviético atingiu, entre outros feitos, a garantia dos direitos reprodutivos, a igualdade entre gêneros e a universalização da educação gratuita, das séries iniciais ao doutorado (RIOS, 2017).

Por outro lado, é importante frisar que a primeira nação socialista do planeta não promoveu a tão almejada sociedade igualitária. Pelo contrário, a URSS sustentou um aparelho estatal extremamente centralizado e burocratizado, em muitas oportunidades oprimiu liberdades individuais e, não obstante, promoveu vastos genocídios contra minorias étnicas em seu território. Para Bresser-Pereira (1999), o grande equívoco da URSS foi confundir socialismo e/ou nacionalismo com estatismo:

Nesse processo, tivemos a tentativa de uma elite burocrática de substituir o mercado pelo Estado como instituição coordenadora do desenvolvimento econômico, e os empresários pela burocracia estatal como agentes do investimento e da industrialização (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 23).

Problemas políticos, econômicos e conflitos étnicos contribuíram para o colapso da URSS em 1991. No entanto, algumas nações como Cuba e Coreia do Norte ainda continuam adotando o modelo socialista de Estado. No caso cubano, foram registrados consideráveis avanços sociais após o processo revolucionário iniciado em 1959:

Segundo a New England Journal of Medicine, a mais prestigiada revista médica do mundo, “o sistema de saúde cubano parece irreal. Há muitos médicos. Todo mundo tem um médico de família. Tudo é gratuito, totalmente gratuito [...]. Apesar do fato de que Cuba dispõe de recursos limitados, seu sistema de saúde resolveu problemas que o nosso [dos Estados Unidos] não conseguiu resolver ainda. Cuba dispõe agora do dobro de médicos por habitante do que os EUA. - Segundo o Escritório de Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Cuba é o único país da América Latina e do Terceiro Mundo que se encontra entre as dez primeiras nações do mundo com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano sobre três critérios, expectativa de vida, educação e nível de vida durante a última década. - Segundo a Unesco, Cuba dispõe da taxa de analfabetismo mais baixa e da taxa

de escolarização mais alta da América Latina. [...] Ainda que seja um dos países mais pobres da América Latina, [Cuba] dispõe dos melhores resultados quanto à educação básica” (O MARXISTA-LENINISTA, 2016).

Apesar de apresentar uma economia debilitada (baixo PIB per capita, por exemplo), Cuba possui índices sociais bastante consideráveis, como elevado investimento em educação, baixa mortalidade infantil e conta com praticamente todas as crianças na escola. No entanto, a ilha caribenha ainda possui alguns problemas no tocante às questões democráticas, como a existência de apenas um partido político, a ausência de determinadas liberdades individuais e a perseguição a opositores do governo.

4. ESTADO NEOLIBERAL

Conforme apontado anteriormente, a partir de meados dos anos 1970, o Estado de bem-estar social teve os seus primeiros sinais de estagnação. Além do mais, no final da década de 1980 e início da década seguinte, houve o colapso do socialismo no Leste Europeu e na URSS. Nesse contexto conturbado, as ideias neoliberais, baseadas na diminuição do papel do Estado na economia, ganharam força. De maneira geral, podemos definir o neoliberalismo como um conjunto de ideias políticas e econômicas que defende a não intervenção do Estado em assuntos econômicos. De acordo com esta linha de pensamento, deve haver total liberdade de comércio (livre mercado), pois este princípio garantiria o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um determinado país (KÜNST, s/d).

Segundo Harvey (2008), o neoliberalismo é uma teoria pautada em práticas político-econômicas que propõem o bem-estar humano a partir da capacidade empreendedora individual, em um regime pleno de propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Este modelo implica em uma tríade composta pela desregulação, privatização e retirada do Estado da ordem econômica.

Institucionalmente, os principais governos que adotaram os preceitos neoliberais foram Margaret Thatcher no Reino Unido (1979-1990) e Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos. As políticas econômicas desses governantes foram sintetizadas no chamado “Consenso de Washington”, que pode ser definido como:

Uma conjugação de grandes medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades (WIKIPÉDIA, 2018).

Segundo Künast (s/d), o governo Thatcher obteve sucesso em questões ligadas à economia, como a estabilização da libra esterlina, bem como a recuperação da economia e da produção britânica. No entanto, conforme destaca Harvey (2008), as medidas neoliberais, baseadas em massivos programas de privatizações, nos cortes de investimentos sociais, no fortalecimento do capital financeiro, na livre flutuação de moedas e na flexibilização das leis trabalhistas, trouxeram, como efeitos colaterais, elevados índices de desemprego, aumento da pobreza e elevação das desigualdades sociais.

No âmbito acadêmico, o fim do socialismo na URSS e no Leste Europeu e a crise do Estado keynesiano foram argumentos utilizadas por alguns analistas para justificar a impossibilidade de sistemas voltados para melhorias e reformas sociais. Para Fukuyama (1992), o capitalismo e a democracia burguesa triunfaram sobre o socialismo, e a humanidade, enfim, havia atingido o estágio final de sua evolução, era o "Fim da História".

Seguindo essa linha de raciocínio, Friedman (2007, p. 67), afirma que os acontecimentos políticos e econômicos após a década de 1990 inclinaram "a balança do poder mundial para o lado dos defensores da governança democrática, consensual, voltada para o livre mercado, em detrimento dos adeptos do governo autoritário, com economias de planejamento centralizado".

Todavia, o fracasso do modelo socialista de Estado não significa, necessariamente, que o Estado neoliberal tenha sido bem-sucedido. "Também é importante salientar que a atual crise econômica capitalista, iniciada com o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, evidenciou um sistema não tão sólido quanto aparenta" (LADEIRA, 2015).

Com a crise financeira e seus efeitos sobre a economia global, a confiança no capitalismo de livre mercado está em seu pior momento em décadas, e há um crescente apelo por uma fiscalização regulamentar mais rigorosa. Há um notável recuo no pêndulo referente às formas extremas de liberalismo econômico (YAZIJI, 2010, p. 12).

Dessa maneira, conforme aponta Bresser-Pereira (2000), o paradigma neoliberal mostrou-se economicamente equivocado e politicamente desastroso. Segundo este autor, a Nova Direita neoliberal não conseguiu cumprir suas promessas. Mercados descontrolados produziram graus de insegurança social e de concentração de renda sem precedentes, sem que houvesse, em contrapartida, crescimento econômico.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou apresentar aspectos positivos e negativos de três modelos de organização estatal: Estado de bem-estar social, Estado socialista e Estado neoliberal. Não foi nosso intuito apontar um dos três modelos analisados como um tipo ideal de organização estatal a ser seguido, pois todos apresentam limitações que foram confirmadas na prática.

As contradições “indivíduo *versus* sociedade” e “liberdade *versus* igualdade” são as principais barreiras a serem superadas pelos três modelos de Estado. Os países socialistas atingiram consideráveis índices sociais, porém as liberdades individuais foram seriamente restritas. O Estado de bem-estar social demonstrou ser inviável frente às mudanças demográficas, pois não deu conta de conceder os benefícios sociais a populações em constante crescimento. Já o modelo neoliberal garante o livre empreendedorismo às custas do aumento das disparidades sociais.

A adoção de práticas neoliberais também varia de acordo com as características de cada país. Enquanto a desregulação do mercado mundial pode beneficiar as nações mais desenvolvidas, pois encontram novos consumidores para os seus produtos; países como o Brasil, ao abrirem suas economias para o exterior, tiveram que conviver com problemas como a desindustrialização e aumento da pobreza, além de ficarem à mercê das oscilações do sistema financeiro internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A nova esquerda: uma visão a partir do sul. **Revista Filosofia Política**, nova série, vol. 6, p. 144-178, 2000.

_____. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; Lourdes Sola, Jorge Wilhelm (Orgs). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília: ENAP, p. 67-116, 1999.

CONSENSO DE WASHINGTON. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Consenso_de_Washington&oldid=51959298>. Acesso em: 2 maio 2018.

ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018a. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Estado_de_bem-estar_social&oldid=52439309>. Acesso em: 23 jun. 2018.

FRIEDMAN, Thomas L. **O mundo é plano: uma breve história do Século XXI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

FRIEDMAN, Milton. **O que há de errado com o estado de bem-estar social?** (Palestra). Youtube, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oW9wGdfjcG4>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos, o breve século XX**. São Paulo: Cia das Letras. 2009.

JUNIOR, Marcos. Crise de 1929 – Resumo das causas. Idade Contemporânea. **Estudo prático**. Disponível em: < <https://www.estudopratico.com.br/crise-de-1929-resumo-das-causas/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

KÜNST, Luana. Neoliberalismo. Geografia, Geopolítica. **Estudo Prático**. Disponível em: < <https://www.estudopratico.com.br/neoliberalismo/>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

LADEIRA, Francisco Fernandes. A Guerra Fria e seus desdobramentos. Observando o Cotidiano, **Obvious**, Sociedade, 2015. Disponível em: <http://obviousmag.org/observando_o_cotidiano/2015/a-guerra-fria-e-seus-desdobramentos.html>. Acesso em: 27 mar. 2019.

LADEIRA, Francisco Fernandes; LADEIRA, Thiago Fernandes. Reflexões sobre docência, processo de ensino-aprendizagem, políticas educacionais e pesquisas em educação. **Revista Ágora**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 34-46, abr. 2019. Disponível em: <<https://www.fasar.com.br/revista/index.php/agora/article/view/105>>. Acesso em: 24 maio 2019.

LADEIRA, Francisco Fernandes; LEÃO, Vicente de Paula. **A influência dos discursos geopolíticos da mídia no ensino de Geografia**: práticas pedagógicas e imaginários discentes. Curitiba: CRV, 2018.

LAURIA, Thiago. A Crise do Estado do Bem Estar Social. **JurisWay**, 25 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=39>. Acesso em: 25 jun. 2018.

LESSA, Sergio. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

OFFE, Claus Razão e política. **Revista Lua Nova**, São Paulo: n.19, nov.1989.

O MARXISTA-LENINISTA. **Cuba: indicadores sociais e econômicos**. 2016. Disponível em: < <http://omarxistaleninista.blogspot.com/2013/04/cuba-indicadores-sociais-e-economicos.html>>. Acesso em: 27 de jun. 2018.

RIOS, Fábio St. Por que a União Soviética foi tão combatida? Veja as cinco maiores contribuições dos “comunistas”. **A Postagem**. 1º de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.apostagem.com.br/2017/11/01/por-que-uniao-sovietica-foi-tao-combatida-veja-as-cinco-maiores-contribuicoes-dos-comunistas/>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

YAZIJI, Michael. Os ares da alteração climática. **Valor Econômico**, São Paulo, n. 2010, p. 12, 18 jan. 2010.